

# RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

26/11/2017



**1. O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o Orçamento do Estado para 2018 por considerar que, apesar de limitado pelas opções e constrangimentos assumidos pelo Partido Socialista, este é um instrumento importante para aprofundar a recuperação de rendimentos na segunda metade da legislatura.**

Refletindo a negociação com o Bloco de Esquerda, a proposta inicial do Orçamento do Estado para 2018 considerava avanços significativos ao nível do alívio fiscal, com o desdobramento de dois escalões de IRS e o aumento do mínimo de existência, no combate à precariedade e vinculação de professores, no descongelamento de carreiras na Função Pública e respetiva atualização salarial, ou no aumento de todas as pensões, em particular das pensões mais baixas, fruto do descongelamento da lei em 2015 e do novo aumento extraordinário em 2018. Esses avanços não escondem as debilidades do Orçamento do Estado; falta a capacidade de investimento em infra-estruturas que respondam ao défice social e combatam o abandono do território e falta recuperar níveis de investimento no Estado Social que recuperem a capacidade dos serviços públicos.

**No debate na especialidade do Orçamento do Estado, o Bloco de Esquerda propôs um pacote de medidas que respondessem aos fogos florestais e apresentou uma centena de propostas sobre áreas essenciais para a valorização dos rendimentos do trabalho e defesa dos serviços públicos.** Este trabalho permitiu aprovar entre outras medidas, o fim das cativações nos organismos da Saúde (INEM, SICAD, DGS e SUCH), a eliminação do corte de 10% no subsídio de desemprego, o acesso ao Complemento Solidário para Idosos para os lesados do Mota Soares, a majoração em 60% das bolsas para estudantes com deficiência, a criação de Salas de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica em todas as esquadras do país e aumento da derrama de 7 pp. para 9 pp. para empresas com rendimento tributável superior a 35 milhões de euros. Foram ainda aprovadas alterações ao pacote de resposta aos fogos florestais, tais como uma linha de financiamento extraordinária para execução de rede secundária de faixas de gestão de combustível. No campo da energia foi aprovada a suspensão do pagamento da garantia de potência e a extensão da contribuição extraordinária da energia ao sector das renováveis, uma medida que, pela primeira vez desde a privatização do sector, reduz as rendas pagas às energéticas e permite baixar a factura energética.

O Bloco saúda as lutas das e dos trabalhadores da Saúde, professores e demais trabalhadores. Essa luta foi determinante para os avanços alcançados no Orçamento do Estado, nomeadamente no descongelamento de carreiras ou no fim das cativações na saúde, e é essencial manter a mobilização no SNS, como na Escola Pública e noutros setores em nome de tudo o que falta fazer.

**O trabalho de especialidade melhorou a proposta de Orçamento do Estado para 2018, mas não permitiu ultrapassar as limitações do Orçamento de Estado que se mantém refém das metas de défice negociadas com Bruxelas, dos grandes interesses económicos e de uma dívida pública que, estando a beneficiar conjuntamente de juros baixos, fica acima dos 120% do PIB.** Mantêm-se carências no Serviço Nacional de Saúde e no ensino público, permanece o modelo de PPP nas mais diversas áreas, são insuficientes o investimento e as políticas públicas na cultura e na ciência, na criação emprego, na oferta pública de habitação e na reabilitação urbana, na redução das desigualdades, no combate ao despovoamento e à desertificação das regiões do interior. O Bloco manterá toda a iniciativa nestas áreas, tornando-as prioritárias, para garantir direitos essenciais.

**Apesar da melhoria da conjuntura económica internacional e da alteração de expectativas decorrente da política de reposição de rendimentos, ao fim de dois anos o governo de António Costa atravessa as primeiras dificuldades significativas.** Essas dificuldades não decorrem apenas dos acontecimentos trágicos de Pedrogão ou das circunstâncias por esclarecer no desaparecimento de armas em Tancos, mas também da rutura em serviços públicos essenciais, como consequência da austeridade no investimento público, e dos movimentos reivindicativos de trabalhadores que vão contestando políticas e ministros. Hoje, o governo está mais vulnerável à intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa e de uma direita que procura recompor-se. Mas também se expressarão diferenciações à esquerda, quando o governo consolida um caminho que mantém a legislação neoliberal do trabalho, potencia o papel do setor privado na saúde ou se submete aos grandes grupos económicos e ao ditames comunitários da amortização disciplinada da enorme dívida pública. A paragem da austeridade sobre os rendimentos diretos do trabalho e outras melhorias trazidas por esta experiência governativa não pode ocultar os importantes desafios que se colocam ao Bloco de Esquerda no próximo período.

**2. Consolidar o caminho de recuperação de económica exige a reconstrução da legislação laboral. O Bloco de Esquerda, tal como se empenhou no Orçamento do Estado pela reposição dos direitos das e dos trabalhadores do Estado, empenha-se nas alterações que permitem reconstituir direitos e salários no setor privado.**

Os dados mais recentes da economia portuguesa mostram que a devolução de rendimentos é o factor decisivo da recuperação económica e o único que não depende da conjuntura económica externa. A política de recuperação de rendimentos do trabalho tem permitido crescimento económico e criação de emprego (mais 170 mil postos de trabalho nos últimos dois anos), mas esse emprego continua a ser enquadrado pela legislação da troika, que impôs precarização e redução salarial e desmantelou a contratação coletiva. Estas regras perpetuam o profundo desequilíbrio entre capital e trabalho, reproduzem e acentuam as desigualdades e comprimem os salários. Sem alterar a legislação do trabalho, o crescimento económico não se reproduzirá em melhores salários. São as instituições europeias a alertar para os baixos salários em Portugal, num cenário em que se prevê um crescimento da produtividade de 2,3% em 2018 e 2019, ao passo que o salário médio por empregado não sobe além de 1,7% ou 1,8%.

**O Bloco de Esquerda repudia as pressões de Bruxelas e das confederações patronais no sentido de travar o aumento do Salário Mínimo Nacional e regista mais uma vez que as pressões da direita, do patronato e das instituições europeias já teriam sido bem sucedidas não fosse o acordo que o Bloco de Esquerda assinou com o governo, garantindo o aumento do SMN para 600 euros até 2019.** A trajetória do SMN nesta legislatura, com aumentos anuais bem acima da inflação, é o único factor contracorrente na tendência geral de embaratecimento do trabalho e tem permitido recuperar o poder de compra para os trabalhadores mais pobres. Os argumentos usados pelas instituições europeias, acusando a subida do SMN de criar desemprego, já foram categoricamente desmentidos pela dinâmica de criação de emprego em 2016 e 2017, pelo que só o extremismo ideológico justifica esta interferência numa matéria que, de resto, só tem incidência orçamental indirecta e positiva. O aumento do Salário Mínimo Nacional constitui uma alteração estrutural do trabalho em Portugal, com redução de desigualdades e recuperação de rendimentos do trabalho face ao capital. Mas este é apenas um dos passos, que tem de ser consolidado com uma reforma estrutural da economia centrada na recuperação dos rendimentos do trabalho face ao capital e na prossecução do objetivo constitucional de pleno emprego. Essa reforma tem como passo essencial a reconstrução dos direitos laborais destruídos na última década.

**O Bloco rerepresentará na AR projetos de lei que concretizam compromissos constantes no programa de Governo, designadamente o fim do banco de horas individual e a eliminação das cláusulas que autorizam celebrar contratos a prazo para funções permanentes.**

Além disso, o Bloco insiste num conjunto de alterações essenciais para reequilibrar as relações de trabalho e que serão objeto de iniciativas legislativas entregues imediatamente a seguir ao Orçamento: reposição dos valores do trabalho suplementar e do descanso compensatório; eliminação do despedimento por inadaptação; reposição dos 3 dias de férias; garantia do princípio do tratamento mais favorável e fim da possibilidade de caducidade unilateral das convenções coletivas.

**3. A Europa aprofunda a sua própria crise, as desigualdades e a divergência, combinando militarização e irresponsabilidade climática com a constitucionalização europeia da austeridade.**

**Numa altura em que a política internacional e europeia está a radicalizar-se, as instituições europeias e os países do diretório escolheram a sua prioridade: o militarismo.** A Alemanha, com impedimentos históricos à sua intervenção militar externa, avançou para a criação da CEP (Cooperação Estruturada Permanente na segurança e defesa), uma possibilidade aberta pelo Tratado de Lisboa que agora começa a ser concretizada. A primeira consequência deste caminho é o compromisso do desvio de investimento comunitário de áreas essenciais como a Coesão ou os Fundos Estruturais, para o colocar nos gigantes da indústria do armamento de França, Espanha e Itália, que assim acompanham a estratégia alemã para um objetivo maior: a construção de um exército europeu, como forma de externalização militar da Alemanha que assim se quer afirmar como superpotência europeia.

O Governo português insiste em ser “o melhor aluno” da ortodoxia europeia e já indicou publicamente que a 11 de dezembro pretende ser um dos Estados-Membros fundadores da CEP. Esta posição é um erro, submete o país a uma estratégia contrária aos seus interesses, alimenta a militarização da Europa e aprofunda a crise.

Mais securitarismo e militarização e menos liberdade apenas alimentam o discurso do ódio da extrema-direita. Direcionar mais recursos para defesa e segurança é abandonar as respostas às questões que interessam: direitos do trabalho e criação de emprego, reconstrução de serviços públicos e de capacidade produtiva, resposta à crise humanitária e combate às alterações climáticas.

**A posição europeia da Cimeira do Clima, mais interessada em explorar as oportunidades de negócio para as seguradoras e indústria, do que na concretização da redução de emissões de dióxido de carbono, é de absoluta irresponsabilidade.** Em 2017 as emissões de dióxido de carbono voltaram a subir, depois de três anos de estagnação, e na COP 23 os países não só falharam o compromisso de financiar a ação climática como deixaram a um terço o compromisso dos cortes de emissões necessários até 2030 para travar o aumento da temperatura nos 2°C. A União Europeia tenta afirmar a liderança no combate às alterações climáticas, agora que a Síria assinou o Acordo de Paris e os EUA são o único país fora do acordo, mas mostra-se incapaz de qualquer compromisso efetivo pelo clima.

**Nos próximos meses, o Conselho Europeu será chamado a decidir sobre a integração na legislação europeia do Tratado Orçamental, que é por enquanto um acordo intergovernamental sem força de tratado europeu.** Esse caminho não é mais a concretização da perda de qualquer soberania dos Estados membros sobre os seus orçamentos e o neoliberalismo como política única na União Europeia. Uma vez mais, decisões fundamentais estão a ser tomadas nas costas dos povos. A militarização aparece dissimulada como combate ao terrorismo, a perda de soberania orçamental como a “normalização” pós-Brexit. O Bloco de Esquerda, no plano nacional e europeu, promoverá e participará em debates amplos sobre os Tratados Europeus, sobre a necessidade de uma legitimação democrática dos compromissos europeus a que Portugal está sujeito e sobre aqueles de que se deve desvincular.

**4. Devolver a autonomia à Catalunha, com a anulação do artigo 155º, e libertar os presos políticos são passos mínimos essenciais para encontrar uma solução negociada que respeite o direito à autodeterminação do povo catalão.**

A eleição de 22 de dezembro para o governo regional, imposta por Madrid, tem a sua legitimidade democrática ferida. O Reino de Espanha, com o silêncio cúmplice dos governos dos restantes Estados membros, mantém 10 presos políticos - oito membros do governo catalão e os líderes de duas organizações independentistas - há quase 2 meses. A aliança entre o governo Mariano Rajoy, do PP, com o PSOE e os Ciudadanos impôs ainda a perda de autonomia à Catalunha com a ativação do artigo 155º da Constituição espanhola. É tempo da comunidade internacional reconhecer que Constituição espanhola não reconhece o direito à autodeterminação e foi ultrapassada pela vontade democrática do povo.

**5. A Mesa Nacional saúda a Marcha pela Eliminação de Todas as Formas de Violência Sobre as Mulheres assinando o dia 25 de novembro, o dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.**

Em Portugal, nos últimos 14 anos, foram assassinadas 472 mulheres em contexto de conjugalidade ou relações familiares privilegiadas. Registaram-se 566 tentativas de homicídio no mesmo período. As denúncias da violência no namoro acompanham a tendência de crescimento da violência doméstica. O assédio e a objetificação da mulher continuam a fazer parte do quotidiano de raparigas e mulheres. As desigualdades salariais, no acesso a cargos de liderança e tomada de decisão, na conciliação entre vida privada, familiar e profissional, na participação política, são a face de uma sociedade sexista e desigual. A nível internacional, sabe-se que uma em cada três mulheres, já foi ou será vítima de algum tipo de violência. As mulheres estão mais desprotegidas nas situações de conflito, de migração e de deslocação de populações e são as mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. O silenciamento, a invisibilidade, a desvalorização e a normalização das desigualdades perpetuam e reproduzem a violência contra as mulheres. O Bloco de Esquerda rejeita a cultura patriarcal, machista e misógina e luta pela igualdade de género e pelos direitos de todas as mulheres, em Portugal e no mundo.

**6. O Bloco de Esquerda promove o debate sobre política nacional e local numa série de encontros nacionais.**

**No próximo dia 3 de Dezembro, no Porto, tem lugar o Encontro «Em Defesa do Conhecimento», que juntará ativistas e especialistas dos setores do Ensino Superior e da Ciência.** O mundo da Academia está inequivocamente mergulhado num conjunto de contradições: o subfinanciamento crónico, combinado com a desertificação do país, criou uma enorme discrepância entre a maioria das Instituições com dificuldades financeiras e a minoria das Universidades, que se tornaram num grupo de pressão política sobre a governação. A governação do Partido Socialista e o papel da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nesta matéria têm ficado muito aquém daquilo que é preciso e urgente fazer. O défice democrático no seio das Universidades e Politécnicos, a proliferação da precariedade, o investimento que é cada vez mais garantido pelos estudantes e cada vez menos pelo Estado são temas centrais para construir uma alternativa à lógica que impera hoje e governa o setor como se de um mercado se tratasse.

**No próximo dia 16 de dezembro realiza-se em Tondela um encontro sobre políticas públicas para o desenvolvimento das regiões do interior.** As populações e os territórios do interior sofreram este ano o impacto brutal dos incêndios rurais. Destruíram vidas humanas, mais

de meio milhão de hectares de floresta, biodiversidade, infraestruturas e atividades económicas. Estas populações ficaram mais pobres e com acrescidas dificuldades para enfrentar o despovoamento e a perda de empregos. O abandono a que estas populações têm estado sujeitas, com a perda de serviços e de investimento público, tem de ser revertido com urgência. O Estado deve assumir a obrigatoriedade de assegurar os serviços públicos com a mesma qualidade e proximidade a nível nacional, a execução de políticas que mudem a floresta, através do ordenamento do território e do apoio à gestão agregada, e protejam os ecossistemas naturais.

**Nos dias 27 e 28 de Janeiro decorre o Encontro Nacional do Bloco de Esquerda sobre Trabalho Local.** Este encontro, que permitirá a troca de experiências entre autarcas e ativistas locais e o debate sobre a intervenção e organização do Bloco no trabalho local, responde à urgência de reflexão face às novas responsabilidades do Bloco no trabalho autárquico. No seguimento do resultado das eleições autárquicas, as organizações locais do Bloco de Esquerda empenharam-se na criação de maiorias assentes em acordos programáticos à esquerda nas câmaras municipais e nas freguesias. A Mesa Nacional lamenta a decisão da CDU no Seixal de optar por uma aliança à direita e saúda o acordo alcançado com o PS em Lisboa. O acordo de Lisboa define um conjunto de 80 compromissos que, entre outras matérias, introduzem um pilar público no Programa Renda Acessível e garantem manuais escolares gratuitos até ao 12º ano. O vereador do Bloco, Ricardo Robles, assumiu pelouro nas áreas da Educação, Saúde, Direitos Sociais e Cidadania. Na câmara municipal de Lisboa, como na assembleia municipal, o Bloco de Esquerda mantém a sua autonomia.

**A Mesa Nacional decide a realização de um Fórum da Educação que deverá ocorrer a 17 de fevereiro.**